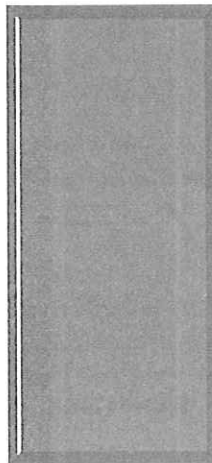


Vania Regina Boschetti*

Drogas: medo e sedução

(*) Universidade de Sorocaba – Uniso



RESUMO

O artigo faz uma reflexão a respeito das drogas a partir do uso e do tráfico, enquanto procedência, mercantilização e decorrências sociais das mais variadas. Relaciona o comércio das substâncias psicoativas – que atraem usuários de todos os segmentos sociais – com o espaço social, as relações de poder e o comércio internacional – que capitaliza grande lucratividade.

ABSTRACT

This article brings a reflection about narcotics from the point of view of its use and traffic, its provenance, dealing, and a variety of social consequences. It also analyzes the drug business which has attracted users from different social layers, power relations, and the highly profitable international drug dealing.

Cocaína, heroína, craque, maconha, ácidos, não importa qual seja o produto, a oferta atende a todos os gostos e o consumo está em todos os ambientes. O comércio de drogas, sob o ponto de vista social, constitui-se num grande problema. Sob o ponto de vista econômico, constitui-se numa atividade altamente lucrativa, especialmente pela velocidade do giro do capital investido e pelo desdobramento de sua aplicabilidade (do varejo miúdo às altas transações comerciais).

Em passado recente, herdou-se o conceito de que o uso da droga era uma manifestação comportamental de jovens desajustados por lares desfeitos, emocionalmente fragilizados, integrantes dos grupos de contracultura, seguidores de líderes visionários e inconformados, procedentes das mais diversas tribos urbanas, para os quais droga era um elemento a mais, um aditivo às atitudes de contestação, rebeldia e da vontade de mudar os valores do mundo de modo a torná-lo menos hipócrita. Por razões como essas é que a droga foi facilmente identificada (tal como aconteceu com a AIDS) com grupos minoritários: coisa de hippie, de roqueiro, de gente problemática.

Entretanto, no horizonte das sociedades globalizadas, a expansão da droga tornou-se lugar comum na vida das pessoas. E os governantes se depararam com um componente até então desconsiderado – o tráfico – que, a partir dos anos 80, começa a ser associado a novas situações: a expansão pelas áreas mais pobres das cidades, a violência urbana, uma certa inclinação à contravenção e ao crime, algo em torno da idéia do espaço como indutor de comportamentos (KRUCHIN: 1999, p. 83) ou como, na idéia de Certeau (In RIBEIRO, 1999, p. 69), o local em o que o conjunto de forças acaba imprimindo movimento e animação.

Em cidades como o Rio de Janeiro, a expansão do comércio de drogas está diretamente ligado às favelas, a partir dos anos 80, quando as pessoas de baixo poder aquisitivo foram sendo “enviadas” para áreas menos valorizadas. Em torno de um desenvolvimento urbano repleto de disparidades, problemas administrativos, sem atendimento aos direitos fundamentais e com falta de oportunidades e empregabilidade, o tráfico encontrou um espaço propício às suas atividades e ao exercício do poder.

Do circuito da droga, fazem parte os problemas de ordem moral, situações econômicas diversas, preocupação com saúde e a integridade física do usuário, etc. À problemática social, soma-se, em termos de Brasil, o viés preconceituoso: o de considerar que todo jovem negro, pobre e morador de favela é potencialmente traficante ou viciado, como se brancos, ricos e

moradores de condomínio de luxo não estivessem também compondo as estatísticas.

Condicionar, entretanto, a compra/venda de tóxicos às questões sociais de carência de recurso materiais, afetivos e emocionais, é cometer o mesmo equívoco de antes: vinculá-los a grupos de risco ou a determinados segmentos da sociedade que teriam sobre eles uso exclusivo. O indiscutível crescimento no número de indivíduos provenientes da classe média-alta, com graves problemas relacionados ao abuso de drogas, descarta qualquer relação entre drogados e nível socioeconômico.

Outro erro comum está em reduzir a discussão sobre drogas ao universo da moral e da religião, definindo-as como bem ou como mal, como se fossem atributos absolutos e não relativizados pelas circunstâncias, pelo meio, pelas necessidades mais prementes. Para o consumidor, elemento conhecido, o uso (e o abuso) desemboca nas viagens, fantasias e fugas, inicialmente prazerosas. Para a articulação das vendas, o processo é quase sempre identificável ou, pelo menos, conhecido como dinheiro fácil, poder, atendimento às expectativas de sucesso, notoriedade local. Para o grande traficante (que não está na favela nem no comércio varejista das bocas de fumo, sem que se saiba quem é), investimentos de negócio internacional que se faz por atacado na compra da matéria-prima bruta, no seu processamento e na planificação da venda posterior, via exportação. Sobre todos, à sua maneira, a droga exerce sempre sedução.

Diante da gravidade do uso das drogas, a preocupação com o consumo de substâncias como o álcool, fumo, barbitúricos, ansiolíticos (chamados de drogas lícitas, porém nefastas ao ser humano), tem sido relegada a um segundo plano. O uso (e abuso) corre por conta da prática social, faz parte do quadro de comportamento convencional, já esperado para os momentos de alegria, tristeza, estresse, ansiedade.

Buscando visualizar um quadro de referências, seria oportuno considerar que a disseminação do uso de substâncias psicoativas, como já foi afirmado, é um fenômeno global, atingindo todos os países. Nos mais avançados, como Inglaterra, Austrália, Espanha, Holanda, Portugal e Alemanha, no intuito de coibir o seu uso, criaram-se condições de consumo, liberando o uso das chamadas drogas leves, como a maconha, por exemplo. Desse modo, foram definidas áreas para a utilização e abrandado o rigor da lei. Passado algum tempo, constatou-se que o uso não foi coibido e que, diante das facilidades, expandiram-se o consumo e o número de consumidores. Hoje, esses mesmos governos estão envolvidos na busca de novas estraté-

gias (nem repressão nem a liberação), buscando meios mais eficientes para vencer o problema. Isso talvez se deva ao fato de que consumidores, viciados, dependentes químicos em geral, constituem-se na ponta visível de um *iceberg*, cuja base está no narcotráfico sempre crescente.

Portanto, a sociedade não pode continuar discutindo a questão das drogas apenas sob o ponto de vista social, desarticulando o consumo das leis de mercado e do que fazem os comerciantes quando querem prosperar em seus negócios, ou seja, o investimento pesado em seus produtos. Os “donos do tráfico” não brincam em serviço. Para eles, o indivíduo, com suas angústias, aflições e ansiedades não é elemento considerado na estatística do lucro. Na impossibilidade de uma política de *marketing*, valem como elementos favoráveis de estimulação ao consumo as velhas questões sociais e a conhecida vulnerabilidade do adolescente, alvo direto dos vendedores de drogas.

Qualquer atividade de combate às drogas resultará pouco eficiente ou até ilusório se forem desconsiderados os aspectos financeiros no entorno da situação. Nenhum projeto de trabalho ou iniciativa no combate ao uso da droga terá sucesso se desconsiderada a racionalidade econômica com que é organizado o comércio em escala internacional.

O vício faz parte do cotidiano das áreas urbanas, estendendo-se das periferias desequipadas até aos condomínios de luxo. Utiliza-se da fragmentação dos grupos e das novas áreas de convívio, como os *shoppings*, os bares de solteiros, os parques temáticos, no interior dos quais a vida social acontece. Todo esse espaço ficou mercantilizado por conta de uma grande rede pela qual circulam, à grande velocidade, pessoas, imagens, informação e todo o tipo de droga. Na verdade, são muitas redes em conexão internacional, em subsistema de importação/exportação. Cada uma dessas redes mantém conexões, rotas e a logística para realizar o fluxo do tráfico (SOUZA, 2000, p. 100), de forma descentralizada, para minorar os riscos e antecipar os imprevistos e as falhas.

Por conta de tais desdobramentos, dirigentes de vários países têm privilegiado, em seus planos de governo, mecanismos, projetos, tentativas diversas de minimizar o consumo e os efeitos da droga, uma vez que tráfico e traficante estão legitimados em todos os povos. Dados da Organização das Nações Unidas chegam ao número de 180 milhões de viciados no mundo (VEJA, 2001, p. 25-26).

Afirma Z. VENTURA (O GLOBO, 23 jun. 2001, p. 12) que não há canhão ou bazuca capaz de vencer o mercado. Sob esse ponto de vista, conside-

rando a extensa cadeia que começa com o dono do capital, passa pelo dono do ponto do tráfico, pelos distribuidores em diversos escalões, pelo comércio que se instala no entorno dessas atividades (armas, comestíveis, proteção, suborno, dependentes diretos e indiretos, beneficiados, etc.). Agregando a esse contingente os grupos do crime organizado, multiplica-se em algumas vezes os 180 milhões já enunciados para identificar a parte da população que está à mercê da droga.

Nestes termos, torna-se impossível ignorar a problemática, mesmo porque, tão devastadores têm sido os efeitos da intensificação do comércio das drogas, que estratégias para seu combate e controle se tornaram responsabilidade pública, ação de poder constituído.

Assim como o tráfico e o banditismo dele decorrente não podem ser analisados somente pela perspectiva do indivíduo, não se pode limitar a análise do problema exclusivamente ao âmbito econômico, apesar do muito que ele representa para a compreensão do assunto. Há, acrescente-se, todo um jogo de elementos culturais e simbólicos de grande importância. O traficante de drogas se apresenta como figura emblemática, autoridade paralela armada, elemento bem sucedido entre os pares e a comunidade, muitas vezes indiferente a valores e compromissos. Misto de herói e de bandido, inspira respeito e temor. Ao garantir trabalho e ajuda financeira, provoca sentimentos de gratidão e lealdade, condição indispensável de sobrevivência para quem, como sujeito de uma atividade ilegal, não pode buscar respaldo na lei e na polícia (ZALUAR, in Souza, 2000, p. 51). Nessa ambivalência é que se estruturam as relações da população com os traficantes nas áreas em que o tráfico se faz mais presente.

Também são integrantes dessa ambivalência a proteção, de um lado, e a insegurança, de outro. Do mesmo modo que dentro das organizações se protegem os pares e os próximos, nos conflitos entre os grupos marginais concorrentes ou entre grupos marginais com a polícia, a insegurança é total (para os pares, para os próximos e para os distantes). No fogo cruzado que se estabelece, todos são expostos ao perigo.

O “fenômeno droga” tem uma natureza dinâmica ligada ao uso, abuso e comércio. Sua origem multifacetada e a complexa combinação de circunstâncias econômicas biológicas, sociais e comportamentais – que atingem o traficante, o vendedor, o usuário e o dependente – estão, atualmente, na base do que se convencionou chamar de violência urbana. Violência que se manifesta de múltiplas formas. Primeiramente, do ser humano contra si mesmo (pela perda da própria dignidade, pela degradação do próprio

corpo, pelo comprometimento das saúde), pois as drogas injetáveis são as maiores responsáveis pela transmissão de doenças, como a AIDS, por exemplo. Em segundo lugar, pela expansão da prática de toda a sorte de crimes: assaltos, seqüestros, roubos, assassinatos com a finalidade de obtenção de recursos para o consumo. Acrescente-se, ainda, a transformação do espaço urbano em praça de guerra, numa demonstração incontestável da existência de um poder paralelo, garantido por armamento sofisticado, de última geração, financiado pelo tráfico e que, a cada confronto, coloca a população espacialmente envolvida, como refém sem direito a resgate. Como afirma ZALUAR (idem, p. 54), “os líderes do tráfico de varejo dependem da violência (intimidação) para manter uma certa disciplina e garantir uma certa lealdade”. E, finalmente, o desenvolvimento do crime organizado.

A mídia tem discorrido sobre o crime organizado, preferencialmente, a partir dos cartéis do tráfico, como se dois ou três grandes grupos respondessem pela distribuição da droga em escala mundial – o que está longe de corresponder aos fatos. Primeiro, porque a variedade de drogas disponível no mercado denota uma diversidade de procedência e de produção. Segundo, porque os cartéis existem nas várias conexões e redes intercontinentais, cada uma operando com uma coerência distinta, peculiar, como por exemplo, os cartéis colombianos, que produzem cocaína a partir da coca plantada no Peru e na Bolívia. A rede de exportação de heroína tem, pelo menos, duas bases: a produção do Afeganistão, Irã, Paquistão e a produção da Birmânia, do Laos e da Tailândia. São, como se percebe, redes mutáveis e complexas, estabelecidas pelo tráfico que, como atividade econômica ilícita, não se interessa por uma organicidade objetivamente centralizada.

Mesmo os famigerados comandos do Rio de Janeiro (ao qual se atribui o *status* de capital do crime organizado no país), não formam uma única rede. Cada comando tem suas redes próprias que disputam o mercado consumidor e são integradas por fluxos de informações, armas e dinheiro, num determinado território, sobre o qual exercem influência, pois como afirma LÉFÈBVRE (1975, p. 25), “o território desempenha um papel ou uma função decisiva na estrutura de uma totalidade, de uma lógica de um sistema”.

Como conclusão, vale destacar que, falar em drogas, implica o reconhecimento dos códigos particularizados da sua existência e influência nas pessoas e na sociedade. Dentre eles, a ligação entre o real e o imaginário, os embaraços da vida – como a escassez de comida e o desemprego – os

recortes espaciais por onde ela transita, fazendo a articulação entre o local e o global, entre o individual e o social. Ainda mais, identificar seu uso como mercadoria, num contexto capitalista, faz do tráfico uma ação contínua em busca da alta lucratividade, amparada, muitas vezes, por códigos sociais constituídos de articulações econômicas e políticas.

REFERÊNCIAS

- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave na Geografia. In: **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- LAGO, Luciana Ribeiro. Dinâmica urbana e desigualdades socioespaciais: Rio de Janeiro-anos 80. *Revista UNICSUL*, n. 5, abr. 1999.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RIBEIRO, Marcelo Afonso. Espaço urbano: o silêncio ruidoso das ruas. *Revista UNICSUL*, n. 5 abr. 1999.
- PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- VENTURA, Zuenir. **Cidade partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. Saudade do futuro. *O Globo*. Caderno 2, 23 jun. 2001, p. 12.

Endereço para correspondência:
Rua Ipiranga, 45 – Vila Jardini
CEP 18040-480
SOROCABA – SP